

# Todos esperam e se perguntam: virá um milagre?

Humberto Quadros

O presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Collin, em recente declaração à imprensa, chamou a atenção para o fato de que o governo está tratando de fechar as contas externas apenas deste ano e, no máximo, de 84. Não se vê ninguém — diz ele — preocupado com o que vai acontecer em 1985, cujo panorama será muito pior do que o que estamos presenciando agora e o que se prenuncia para o próximo ano.

Afinal, alguém da alta cúpula do sistema financeiro governamental tem a coragem de pôr o dedo na ferida. Realmente, continuam os responsáveis pela área econômica do país a esgotar sua capacidade de escrever sucessivas «cartas de intenção» ao FMI, tomando por cenário apenas o período que vai até o final de 1984. E, como grande trunfo, exibem a meta de US\$ 9,5 bilhões como saldo da balança comercial do ano vindouro.

Mas quem disse que esse objetivo, mesmo conquistado, permitirá ao Brasil cumprir suas repetidas (embora sempre alteradas) promessas de «bom comportamento» ao Fundo Monetário? O ex-ministro Mário Henrique Simonsen, com a responsabilidade atual de membro do «board» do Citicorp (nossa principal credor), acaba de frisar, mais uma vez, o que todos estamos cansados de saber: o Brasil precisa, de maneira incontornável, de uma carência de três a cinco anos para poder pagar os juros da dívida sem os vexames por que ora estamos passando.

Por tudo isso, vale a pena observar como serão encaminhadas as negociações do novo governo argentino com o FMI e os banqueiros internacionais. Não será surpresa se o próximo presidente, Raúl Alfonsín, interpretando a maioria absoluta do país irmão, arrancar exatamente essa e outras concessões para o refinanciamento de sua dívida de US\$ 40 bilhões. Um dos pontos reclamados por Alfonsín é a fixação de uma taxa de juros estável, a fim de possibilitar à Argentina programar seus pagamentos externos dentro de um esquema previamente definido de receita e despesa de divisas.

Aliás, o modelo de acordo que vier a ser celebrado pela Argentina certamente estará sob o foco de luz da consagradora votação recebida nas urnas pelo presidente Raúl Alfonsín.<sup>1</sup> E este aspecto, é evidente, não deixará de exercer forte influência sobre a situação brasileira. Ambos os males são idênticos. As terapêuticas, também, não têm porque ser diferentes e muito menos antagônicas. Mas isto é algo que em breve ficará demonstrado.

O que o Brasil decididamente rejeita — e o faz com a veemência em boa hora expressa pelo ex-ministro Hélio Beltrão — é a fatalidade da recessão como única fórmula de combater a inflação e, supostamente, atender aos compromissos financeiros externos. Pelo contrário, a queda na atividade econômica — face às características peculiares do nosso país — está exacerbando a espiral inflacionária, aumentando insensatamente o exército de desempregados, sucateando o parque industrial penosamente montado nos últimos 40 anos e, na verdade, tornando cada vez mais distante a possibilidade de cumprir qualquer tipo de promessa que as autoridades assinem em não sei quantas «cartas de intenção» ao FMI. E exatamente isto que estamos observando acontecer sob os olhares complacentes do presidente João Figueiredo. Todo o seu capital político acumulado no campo da abertura democrática está indo abaixo por força dos desastres e desacertos que se repetem na área econômica, ainda que seus responsáveis possam até querer o oposto. Mas os fatos são os fatos e nenhuma palavra os desmente.

A permanência dessa estratégia suicida — uma visão de curto prazo incompatível com a profundidade da crise — está esgotando o tempo que ainda poderíamos ter para empreender negociações de caráter político de nível presidencial sobre a dívida externa. Por isso, só podemos antever o futuro com apreensão ainda maior. A menos que, de repente, essa opção perversa seja radicalmente mudada. Seria algo como um milagre. Mas, afora os da Bíblia, haverá mesmo milagres no mundo?